Aula 2

O PAPEL DOS PAÍSES CENTRAIS NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

META

Compreender o papel dos Países Centrais na Divisão Internacional do Trabalho e as suas repercussões nos países periféricos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Relacionar a Divisão Internacional do Trabalho - DIT ao processo de Colonialismo implementado pelos países europeus nos diferentes continentes;

Entender a Divisão Internacional do Trabalho e a Nova DIT, assim como as implicações desse processo na escala global.

PRÉ-REQUISITOS

Aula 01: A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do capitalismo.

Genésio José dos Santos

INTRODUÇÃO

Nesta aula, refletiremos sobre a Divisão Internacional do trabalho – DIT instaurada com as Grandes Navegações, com o processo de colonialismo no início da expansão mundial do capitalismo e as suas implicações na escala global. A referida DIT consiste em uma especialização produtiva entre os países, tendo sido aprofundada Pós-primeira revolução industrial. Portanto, os denominados Países Centrais precursores da Revolução Industrial comandaram o processo, no qual se tornaram os exportadores dos produtos industrializados, enquanto isso, para as colônias restou somente o papel de exportadores de matérias-primas.

O PAPEL DOS PAÍSES CENTRAIS NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A DIT corresponde a uma especialização das atividades econômicas em caráter de produção, comercialização, exportação e importação entre distintos países do mundo. Pode-se dividir em três fases a Divisão Internacional do Trabalho.

A primeira fase diz respeito à época do colonialismo, quando as potências exploravam as suas colônias, de forma a obter produtos agrícolas e tudo o mais que não conseguiam produzir em seus países. Nesse sentido, Coronil (2005, p. 110) ressalta "desde os tempos coloniais, a "periferia" tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato". A acumulação primitiva colonial constitui em um elemento indispensável da dinâmica interna do desenvolvimento capitalista.

Na segunda fase, apesar de as ex-colônias já estarem independentes, a estrutura anterior da DIT colonial mantêm-se: os países subdesenvolvidos (antigas ex-colônias) são responsáveis por exportar aos países desenvolvidos matérias primas e produtos agrícolas, enquanto importavam destes últimos produtos manufaturados e industrializados, com alto valor agregado.

No contexto da nova ordem econômica internacional, surge a terceira fase da Divisão Internacional do Trabalho, entretanto essa última divisão coexiste em determinados espaços com a segunda revolução em vários continentes. Os países subdesenvolvidos não são mais meramente agrícolas ou exclusivamente exportadores de matéria-prima. Todavia, esta característica ainda é marcante na economia de alguns países, mas a indústria já aparece como fator relevante. Além disso, não são mais somente as exportações e importações de produtos que configuram a Divisão Internacional do Trabalho. Uma característica que permeia a nova DIT é a relação também com os fluxos de capitais, com os investimentos diretos. Desse modo, observa-se que a nova Divisão Internacional do Trabalho é mais complexa, envolvendo o fluxo de mercadorias e de capitais e tendo os países subdesenvolvidos não mais como somente fornecedores de matéria-prima para os desenvolvidos.

DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO CLÁSSICA

Recordando a temática da aula anterior, na qual abordamos o paradigma do eurocentrismo e da colonialidade, implementado nos países latino-americanos, desde o início do século XVI, onde foram desenvolvidas os referidos paradigmas implementando formas de subordinação em consonância com o capital internacional.

Inicialmente esses países contribuíram para o desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa, sustentando o sistema manufatureiro. Posteriormente, procedeu a criação do setor industrial europeu, medida que se ampliava o mercado consumidor para as manufaturas e se constituía as colônias como centro gerador de matéria-prima.

O processo de desenvolvimento do capitalismo que foi instaurado configurava-se pela dependência dos países latino-americanos de forma aprofundada, particularmente a partir de meados do século XIX quando se concretiza a primeira divisão internacional do trabalho. Naquele momento, coube aos países latino- americanos independentes a função de produzirem alimentos para a população urbana dos países centrais e matéria-prima para a grande indústria europeia. De acordo com Marini (2000) recriam-se novas formas de subordinação para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Desse modo, aprofunda-se a divisão internacional do trabalho, quando os países industrializados (Países Centrais) constituem em responsáveis ou especializados mundiais como produtores de manufaturas, aos demais resta o papel de consumidor e fornecedor de alimentos.

As relações comerciais entre os países fornecedores de alimentos e matérias-primas e aqueles industriais, resultaram em intercâmbio desigual, isto é, os países fornecedores de manufaturas ou bens industrializados terão consequentemente ganhos substancias quando comparados àqueles fornecedores de alimentos e matérias-primas. As vantagens comparativas em favor daqueles industrializados, tal fato desencadeará uma maior transferência de mercadorias com reduzido valor de troca, e na superexploração da classe trabalhadora.

Nessas relações comerciais entre os países industrializados em face ao monopólio no setor industrial aumentaram o valor das suas mercadorias, enquanto o preço das matérias-primas fornecidas pelos países periféricos têm seus preços conservados ou reduzidos. Tal modelo resulta na continuidade da superexploração no período pós-dependência dos países periféricos. A Divisão Internacional do Trabalho provoca desigualdades.

A partir de meados do século XX alguns países latino-americanos passam a produzir produtos industrializados, dando origem aos parques industriais. Castells (2000, p. 133) ressalta que esse modelo "baseava-se na industrialização em substituição à importação, de acordo com as políticas elaboradas pelos economistas do CEPAL, Nações Unidas, contando com a

expansão dos mercados domésticos protegidos". Neste momento, a indústria dos países periféricos passa a produzir da mesma forma que os países centrais para um determinado consumidor interno, pertencente às elites nacionais.

O avanço da industrialização em determinados países latino-americanos a partir de meados do século XX, foi promovido pelo Estado, visando o processo de substituição de importações. Com este processo em curso, a necessidade interna passa a ser de importação de bens de capital e não mais de bens de consumo. Contudo, a ausência de poupança interna e a crise permanente do setor externo, tornaram crucial a importação de bens de capital na forma de financiamento e investimento na indústria. Isso não foi difícil uma vez que as grandes corporações dos países centrais possuíam abundantes recursos a serem aplicados no exterior e estavam produzindo grande quantidade de bens de capital, que rapidamente ficavam obsoletos, em face da produção de equipamentos cada vez mais sofisticados. Portanto, os Países Periféricos industrializados seriam os grandes consumidores dos bens de capital obsoletos dos Países Centrais.

Desde a década de 1970 a Divisão Internacional do Trabalho ocorrem alterações substanciais provocadas pelo avanço da tecnificação, a qual Santos (1991, p.11) ressalta que configura um meio-técnico-científico informacional "no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica", formando uma paisagem urbana e ou rural com valores culturais reproduzidos pelos Países Centrais. Para Santos (1994. p.48), "o espaço geográfico é uma funcionalização da globalização". Ele vai ser produzido de acordo com as demandas de quem o idealiza, para permitir fluir suas necessidades. No espaço são materializados os instrumentos técnicos produtivos de qualquer parte do mundo. Essa materialização é possibilidade pela capacidade de comunicação em tempo real, resultante do avanço dos meios de comunicação e transportes.

O espaço geográfico viabiliza a globalização, dado que ele materializa três de seus pressupostos: "a unicidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor" (1994:49). Nesse contexto, discutindo as estratégias do capitalismo no último quartel do século XX, Soja (1993) assinala que as mudanças no padrão produtivo mantiveram as desigualdades geográficas e a manutenção de lucros imensos por parte das transnacionais, como vem ocorrendo desde a segunda Guerra Mundial.

A reestruturação do modelo empresarial com a inserção do paradigma Toyotismo em detrimento do modelo Fordista, e a concentração e centralização do capital não exclusivamente nos setores produtivos, mas, também nos setores bancário e financeiro. Nesse ínterim, surge a Nova divisão Internacional do Trabalho.

NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A Nova DIT (Divisão Internacional do Trabalho) é uma divisão produtiva em âmbito internacional. Os países emergentes ou em desenvolvimento, ou ainda semi-periféricos que obtiveram uma industrialização tardia e que

possuem economias ainda frágeis e passíveis de crises econômicas oferecem aos países industrializados um leque de benefícios e incentivos para a instalação de indústrias, tais como a isenção parcial ou total de impostos, mão-de-obra abundante, entre outros. Essa estratégia de acordo com os postulados de Castells (2000, p.133) estava "fundamentado em uma estratégia de desenvolvimento voltado para o exterior, usando vantagens comparativas em temos de custo para conquistar fatias de mercado na economia global". Tal modelo buscava imitar a trajetória bem-sucedida dos países asiáticos recém-industrializados como os Tigres Asiáticos.

A Nova DIT direciona uma especialização produtiva global, de acordo com a sua especialização surgem as diferentes posições na economia global/informacional como foi ressaltado por Castells (2000) em: produtores de alto valor com base no trabalho informacional; produtores de grande volume baseados no trabalho de mais baixo custo; produtores de matérias-primas que se baseiam em recursos naturais e aqueles produtores redundantes reduzidos ao trabalho desvalorizado. Logo, a principal característica da Nova DIT relacionada as citadas posições na economia global/informacional podem não coincidir (e não coincide) inteiramente com os limites geográficos dos países. Podemos comparar diversas regiões no Brasil ou em outros países latinos atrativos para o capital internacional, outras continuam redundantes.

Àquelas regiões atrativas ou melhor que oferecem vantagens competitivas são designadas a produzir um determinado produto ou partes do mesmo, recebendo para tal produção diversos tipos de incentivos. Esse processo se expandiu na mesma proporção que o capitalismo. Nessa direção, vários são os exemplos nos quais a linha de montagem está localizada em um país e os componentes são produzidos em outros distantes, porém, atrativos para o capital. Com a deslocalização do setor produtivo o objetivo maior é o custo do produto final, que deverá ser menor e os lucros tende a ser maior.

Ainda vale ressaltar os países emergentes, em desenvolvimento ou semi-periféricos como México, Argentina, Brasil, tigres asiáticos e outros, adquirem tecnologias a preços altos, enquanto que os produtos exportados pelos países citados não atingem preços satisfatórios, favorecendo os países ricos. Anteriormente esses países tinham como incumbência principal gerar matéria-prima, gêneros alimentícios com o objetivo de fornecê-las aos países industrializados. Na atualidade além de continuar fornecendo os produtos primários, também exporta produtos industrializados para esses países e capital. Os lucros dessas empresas nesses países são remetidos para o seu país de origem, logo os fluxos de capitais são intensos entre os Países Centrais e a Periferia.

Portanto, esse processo que se instituiu com a divisão internacional do trabalho, há mais de um século, tem aprofundado as relações de dependência e conseqüentemente da super-exploração. A despeito da alteração apresentada na configuração econômica, os países da América Latina, Ásia e África, ainda ocupam destaque na produção de produtos primários, porém,

muitas empresas, oriundas dos Países Centrais (norte-americanas, europeias e japonesas), começaram a instalar filiais em algumas regiões desses países. Isso foi intensificado com o processo da globalização, mas, não proporcionou a redução das desigualdades e disparidades existentes internamente.

CONCLUSÃO

Perceber as relações entre dominantes e dominados nos diferentes períodos da história e a difusão de ideias as quais enalteciam povos e subjugavam os outros foram retratados e são repetidos com novas roupagens. Neste sentido, torna-se fundamental entender os paradigmas impostos pelos povos dominadores como o eurocentrismo, o ocidentalismo e na atualidade o globocentrismo, refletindo as farsas e as formas utilizadas para explorar, subjugando povos e suas culturas. Portanto, a experiência histórica demostra, que o capitalismo mundial está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Ao contrário, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é, fundamentalmente, uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos concretizados nas relações de produção ou em termos dos povos e histórias articulados nele. Em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterogênea e descontínua, ou mesmo conflitiva. Configurados de formas diferenciadas buscam reproduzir-se, utilizando-se do meio técnico cientifico, mas, concomitantemente resgatando práticas eurocentristas.

RESUMO

Estudar os Países Centrais e os paradigmas criados por esses povos se faz necessário para entender as contradições configuradas no espaço geográfico. Entender os instrumentos de dominação, utilizados pelos Países Centrais nos diferentes períodos, considera-se como essencial para o entendimento da concentração de riquezas e poder nos referidos países, assim como as discrepâncias advindas desse modelo nos países periféricos. Torna-se fundamental para o entendimento das relações de poder, buscar os referências e as práticas criadas para subjugar povos, culturas em nome de uma razão civilizatória e da fé.

ATIVIDADES

1. "É nosso objetivo estar presente em todo e qualquer país do mundo [...]. Nós, na Ford Motors Company, olhamos o mapa do mundo como se não existissem fronteiras. Não nos consideramos basicamente uma empresa americana. Somos uma empresa multinacional. E quando abordamos um governo que não gosta dos Estados Unidos, nós sempre lhe dizemos: De quem você gosta? Da Grã-Bretanha? Da Alemanha? Nós temos várias bandeiras. Nós exportamos de todos os países". (SANDRONI, P. Novo Dicionário de Economias. SP: Círculo do Livro, 1994. Apud. BOLIGIAN, 2007, p. 447). Relacione essa citação a Nova DIT, comentando-a.

2. Das bananas ao chip: "No passado, a Costa Rica já foi conhecida como uma 'república de bananas'. Era uma referência ao seu principal produto de exportação. [...] Desde 1996, quando foi escolhida para sediar uma das fábricas da Intel, o maior produtor mundial de chips para computadores, a Costa Rica ganhou um novo apelido: 'república do silício'. Trata-se de uma alusão à matéria-prima utilizada na produção de chips, os microprocessadores que são os cérebros dos PCs. A construção da fábrica mudou o perfil econômico da Costa Rica, de país agrícola para industrial. [...] A produção é exportada a fabricantes de computadores, sobretudo na Ásia. Atualmente, cerca de 85% dos computadores pessoais do planeta acomodam um Pentium em suas entranhas. A opção da Intel pela Costa Rica não foi ao acaso. O país é pequeno (do tamanho do Rio Grande do Norte), mas tem uma democracia estável e mão-de-obra barata. [...]" (Época, 11/9/2000. Apud. BOLIGIAN, Levon., BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. Geografia: espaço e vivência: volume único: ensino médio. 2 ed. São Paulo: Atual, 2007. p. 276)

Identifique no texto lido uma característica da Nova DIT. Registre aqui e publique no Ambiente Virtual para que seus colegas compartilhem sua experiência.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

É sabido que do mesmo modo que a Costa Rica, muitos países de diferentes partes do mundo vêm recebendo vultosos investimentos estrangeiros para a instalação de parques industriais, onde serão produzidas mercadorias com certo avanço tecnológico. Ocorre, dessa forma, a consolidação da Nova DIT, ligada às altas tecnologias e aos fluxos mundiais de informações e capitais impulsionados pela

globalização da economia. Inúmeras nações, inclusive a brasileira, tiveram seus perfis econômicos transformados, embora, tais mudanças não romperam com o ciclo de dependência tecnológica e financeira de grande parte dos países de industrialização tardia. A primeira ocorre porque grande parte das tecnologias utilizadas é originária de países desenvolvidos. Em muitos países, seus processos de modernização econômica e produtiva foram financiados por organismos financeiros internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o banco Mundial. Diversos países subdesenvolvidos viram suas dívidas externas triplicar, nas duas últimas décadas.
Adaptado de: BOLIGIAN, Levon., BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. Geografia: espaço e vivência: volume único: ensino médio. 2 ed. São Paulo: Atual, 2007.
Precisamos exercitar diuturnamente a leitura do espaço geográfico, para tanto faz-se necessário o exercício da criticidade no olhar e na análise espacial. Vamos exercitar?

LEITURA COMPLEMENTAR

POCHMANN, Marcio. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos conhecer a emergência da questão ambiental: a característica destrutiva do sistema do capital e o paradigma da sustentabilidade.

AUTOAVALIAÇÃO

Releia o texto aqui apresentado, destaque os conceitos relacionados a Divisão Internacional do Trabalho e a Nova Divisão Internacional do Trabalho. Faça uma análise sobre os reflexos das mesmas na contemporaneidade no Brasil e em outros países da América Latina e do continente africano.

REFERÊNCIAS

BOLIGIAN, Levon., BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. **Geografia: espaço e vivência:** volume único: ensino médio. 2 ed. São Paulo: Atual, 2007.
CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** Tradução: Roneide Venâncio Majer. 3ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
CORONIL. Fernando. Natureza do pós-colonialismo; do eurocentismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, setembro, 2005, pp.105-132.
MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência: uma antologia da obra** de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-104.
______. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In. SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 167-241.
NABUCO, Maria Regina et al. (orgs.). **Indústria automotiva:** a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico internacional. São Paulo : Hucitec, 1994.
SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993.